

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	16
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	19
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	20
2.5 Medições não contábeis	21
2.6 Eventos subsequentes as DFs	26
2.7 Destinação de resultados	27
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	32
2.10 Planos de negócios	33
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	35
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	36
5.2 Descrição dos controles internos	43
5.3 Programa de integridade	46
5.4 Alterações significativas	50
5.5 Outras informações relevantes	51

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Condições gerais: os Diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil e as informações financeiras trimestrais dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023, as quais foram elaboradas de acordo com pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações intermediárias e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos pela Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e as informações financeiras trimestrais dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023, conforme o caso.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía um ativo circulante de R\$ 867.463 mil sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$174.961 mil. O passivo circulante, em 30 de setembro de 2023, era de R\$893.482 mil. A Companhia registrou um saldo negativo de capital circulante líquido em 30 de setembro de 2023 de R\$26.019 mil, diminuindo o saldo quando comparado com o exercício de 31 de dezembro de 2022, o qual teve o saldo negativo de capital circulante líquido de R\$ 8.154. Isso ocorreu devido a redução da sua posição de caixa e equivalentes de caixa visando o pagamento de empréstimos e financiamentos e diminuindo sua exposição com relação ao saldo de Fornecedores – risco sacado a pagar.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um ativo circulante de R\$ 997.882 mil sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 278.896 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 1.006.037 mil. Nesse exercício social, a Companhia possuía um saldo de capital circulante líquido em decorrência do aumento dos empréstimos e financiamentos da empresa em relação a 31 de dezembro de 2021, visando (i) pagamento de aquisições; e (ii) financiar as operações da empresa, que ainda consumiam uma parcela de caixa.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um ativo circulante de R\$ 821.019 mil, sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 120.934 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 872.247 mil. A Companhia realizou aquisições no exercício social de 2021, o que gerou um aumento no Contas a pagar de combinação de negócios em relação ao mesmo exercício do ano anterior e isso gerou um aumento do capital circulante líquido quando comparado com 31 de dezembro de 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um ativo circulante de R\$ 231.494 mil, sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$67.250 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$239.374 mil. A Companhia realizou a captação de recursos por meio de um endividamento e realizou aquisição de empresas, que aumentaram o passivo circulante.

Indicadores Financeiros

A seguir, são apresentados os principais indicadores de liquidez:

Índices de Liquidez	30/09/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Índice de Liquidez Corrente				
(Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,97	0,99	0,94	0,97
Índice de Liquidez Geral				
(Ativo Total/Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	1,74	1,82	1,88	1,16
Índice de Liquidez Total				
(Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)	1,35	1,22	1,14	6,13

Em 30 de setembro de 2023, o nosso índice de liquidez corrente (ativo circulante/passivo circulante) foi de 0,97x, em comparação a 31 de dezembro de 2022, quando o nosso índice de liquidez corrente (ativo circulante /passivo circulante) foi de 0,99x, havendo redução se comparado com o índice liquidez corrente de 0,94x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Além disso, houve aumento se comparado com a liquidez corrente de 0,97x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de setembro de 2023, o nosso índice de liquidez geral (ativo total/passivo circulante + passivo não circulante) foi de 1,74x, em comparação a 31 de dezembro de 2022, quando o nosso índice de liquidez geral também foi de 1,82x, demonstrando a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações, relacionada principalmente com o total de caixa, investimentos e recebíveis da Companhia. A diminuição em relação ao índice de liquidez geral de 1,88x apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é resultado do incremento das obrigações de aquisição de investimento que se tornaram devidas em 2022, referente à aquisição da Synapcom, em 2021, e da captação de empréstimos e financiamentos investidos no crescimento da Companhia em 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de liquidez geral (ativo total/ passivo circulante + passivo não circulante) foi de 1,88x, demonstrando a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações, relacionada principalmente com o total de caixa, investimentos e recebíveis da Companhia. O aumento em relação ao índice de liquidez geral de 1,16x apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é resultado da captação realizada na oferta pública inicial de ações da Companhia realizada em 2021 ("Oferta").

Em 30 de setembro de 2023, o nosso índice de liquidez total (passivo circulante acrescido de passivo não circulante/patrimônio líquido) foi de 1,35x, crescimento em linha com as obrigações de curto e longo prazo da Companhia relacionadas, principalmente, às aquisições realizadas recentemente. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de liquidez total (passivo circulante acrescido de passivo não circulante/patrimônio líquido) foi de 1,22x contra 1,14x em 31 de dezembro de 2021, em decorrência do aumento das obrigações de curto e longo prazo da Companhia, em relação ao seu patrimônio líquido, devido às operações de aquisições de companhias realizadas nos últimos anos.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de liquidez total (passivo circulante acrescido de passivo não circulante/patrimônio líquido) foi de 1,14x, contra 6,13x em 31 de dezembro de 2020, redução mediante a Oferta, a qual fez nosso capital social aumentar em R\$1.251.082 mil em contrapartida do caixa e equivalentes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(b) Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia acreditam que a nossa estrutura de capital é adequada para atender às necessidades de nossas operações, e continuar executando nosso plano de crescimento.

A tabela abaixo apresenta a atual estrutura de capital da Companhia, medida pela relação entre os passivos circulante e não circulante e o patrimônio líquido nas datas indicadas, sendo condizente, em nossa visão, com nossas atividades, na seguinte proporção entre capital de terceiros e próprio:

(em R\$ milhares, exceto %)	30/09/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	1.839.394	1.766.238	1.461.095	361.870
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.366.395	1.443.344	1.286.049	59.032
Capital total (terceiros + próprio)	3.205.789	3.209.582	2.747.144	420.902
Parcela de capital de terceiros	57,3%	55,0%	53,2%	86%
Parcela de capital próprio	42,6%	45,0%	46,8%	14%

Em 30 de setembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$1.366.395 mil, o qual sofreu diminuição em decorrência principalmente da incorporação dos prejuízos acumulados de janeiro a setembro de 2023, da reavaliação sobre a *put option* da New Retail.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 1.443.344 mil, o qual sofreu aumento em decorrência do aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão, pela Companhia, para subscrição privada de 80.000.000 ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 1.766.238 mil, ou seja, 55,0% de capital de terceiros e 45,0% de capital próprio.

Houve um aumento do capital de terceiros do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, como consequência do crescimento de nossas operações e de empréstimos captados, com o intuito de cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; e (ii) desembolso de capital.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 1.286.049 mil, o qual sofreu aumento em decorrência da Oferta, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 1.461.095 mil, ou seja, 53,2% de capital de terceiros e 46,8% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$59.032 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$361.870 mil, ou seja, 86% de capital de terceiros e 14% de capital próprio.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía R\$682.860 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo R\$250.939 mil em empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimentos menores que 12 meses e R\$431.921 mil com vencimentos superiores a 12 meses. Considerando as posições de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 30 de setembro de 2023 de R\$209.631 mil somado ao contas a receber de R\$430.914 mil, que poderia ser totalmente ou parcialmente antecipado, a Companhia entende que seria possível atender as obrigações dos empréstimos e financiamentos e debêntures de curto prazo, tendo para os empréstimos e financiamentos e debêntures de longo prazo, estratégias de geração de fluxo de caixa operacional e acesso a novas captações via mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade. No entanto, a Companhia não pode garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente em caso de materialização de quaisquer dos fatores de risco aos quais a Companhia está exposta. Não

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

obstante, caso entenda ser necessário obter recursos adicionais, a Companhia entende que tem capacidade para captá-los, por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, bem como por meio de distribuições públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$ 512.297 mil de empréstimos e financiamentos e debêntures, sendo R\$ 280.487 mil empréstimos e financiamentos e debêntures com vencimentos menores que 12 meses e R\$ 231.810 mil com vencimentos superiores a 12 meses. A Companhia cumpriu integralmente aos empréstimos e financiamentos do passivo circulante assumido no ano de 2022.

Os Diretores entendem que a Companhia tem cumprido com as obrigações referentes a seus compromissos financeiros e, até a data deste Formulário de Referência, tem mantido a assiduidade dos pagamentos referidos a esses compromissos. Os Diretores da Companhia acreditam ter capacidade para honrar os empréstimos e financiamentos contratados no curso normal das atividades da Companhia.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos; (iii) emissões de valores mobiliários de ações e de dívida no mercado de capitais brasileiro; e (iv) aumentos pontuais de capital. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; (iii) exigências de pagamento de seu endividamento; e (iv) pagamentos de aquisições recentes.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto a instituições financeiras. Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, para o futuro, caso a Companhia julgue pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar uma eventual necessidade de capital de giro no curto prazo.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 30 de setembro de 2023, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$682.860 mil, sendo R\$250.939 mil empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e R\$431.921 mil no passivo não circulante. A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$174.961 mil em 30 de setembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$512.297 mil, sendo R\$280.487 mil empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e R\$231.810 mil no passivo não circulante. A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$278.896 mil em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 268.183 mil, sendo R\$ 15.388 mil empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e R\$ 252.795 mil no passivo não circulante. A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$ 120.934 mil em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta da Companhia era de R\$71.909 mil, sendo R\$30.262 mil empréstimos e financiamentos no passivo circulante e R\$41.647 mil no passivo não circulante. A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$67.250 mil em 31 de dezembro de 2020.

Os Diretores da Companhia acreditam que a tabela abaixo resume as principais condições dos contratos de empréstimo e financiamentos celebrados pela Companhia em vigor em 30 de setembro de 2023:

(Em milhares de reais)	Moeda	Taxa de juros Nominal a.a.	Maturidade	Valor de face	Valor Contábil
Empréstimo bancário em moeda nacional	R\$	CDI + spread	2023-2026	99.200	143.823
Notas comerciais escriturais	R\$	CDI + 2,44% a.a.	2024	100.000	105.061
Risco sacado	R\$	N/A	N/A	N/A	15.191
IFC 1ª emissão debêntures	R\$	100% CDI + 2,55% a.a.	2021 – 2026	250.000	253.631
IFC 2ª emissão debêntures	R\$	CDI + 2,70% a.a.	2023 – 2027	165.000	165.154

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo estão as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 30 de setembro de 2023:

Empréstimos

Em 16 de julho de 2021, a Companhia, por meio da subsidiária Tatix Comércio e Participações Ltda., emitiu uma Cédula de Crédito Bancário em favor da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 7.700 mil, remunerada a CDI + taxa de 2,92% a.a., a ser pago em 36 parcelas mensais, com vencimento em 17 de julho de 2024 ("CCB Tatix"). A CCB Tatix conta com garantia real prestada sob forma de cessão fiduciária de direitos creditórios e possui saldo devedor de R\$ 2.988 mil em 30 de setembro de 2023.

Em 15 de março de 2023, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. no valor de R\$ 90.000 mil, remunerada a CDI + taxa de 2,58% a.a. com pagamento de juros mensais e principal em 24 parcelas iniciadas a partir abril de 2024, e com vencimento em 27 de fevereiro de 2026 ("CCB Santander"). A CCB Santander conta com garantia real prestada sob forma de cessão fiduciária de direitos creditórios e possui saldo devedor de R\$ 90.974 mil em 30 de setembro de 2023.

Emissão de Debêntures e Notas Comerciais

Em novembro de 2021, a Companhia realizou a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 250.000 mil, com vencimento em 5 anos, sendo 2 anos de carência, e juros de CDI + 2,55% a.a. ("1ª Emissão Debêntures"). A 1ª Emissão Debêntures conta com garantia real prestada sob forma de cessão fiduciária sobre conta vinculada e garantia fidejussória adicional (fiança). A 1ª Emissão Debêntures possui saldo devedor de R\$ 253.631 mil em 30 de setembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 21 de junho de 2022, a Companhia realizou a sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, no montante total de R\$ 100.000 mil, com vencimento em 730 dias corridos e juros de CDI + 2,44% a.a. ("1ª Emissão Notas Comerciais"). A 1ª Emissão Notas Comerciais não conta com garantias e possui saldo devedor de R\$ 105.061 mil em 30 de setembro de 2023.

Em 28 de janeiro de 2023, a Companhia realizou a sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 165.000 mil, com prazo de vencimento de quatro anos, sendo dois anos de carência, contados da data de Emissão e juros de CDI + 2,70% a.a. ("2ª Emissão Debêntures"). A 2ª Emissão Debêntures conta com garantia real prestada sob forma de cessão fiduciária sobre conta vinculada e garantia fidejussória adicional (fiança). A 2ª Emissão Debêntures possui saldo devedor de R\$ 165.154 mil em 30 de setembro de 2023.

As principais características de tais emissões estão elencadas no quadro abaixo:

#	Tipo de Contrato	Instituição Financeira	Data de Celebração	Vencimento	Valor	Taxa de Juros	Garantia
1	1ª Emissão Debêntures	N/A	12/11/2021	22/11/2026	R\$250.000.000,00	100% CDI + 2,55% a.a.	Garantia real, com garantia adicional fidejussória
2	1ª Emissão Notas Comerciais	N/A	21/06/2022	20/06/2024	R\$100.000.000,00	100% CDI + 2,44% a.a.	N/A
3	2ª Emissão Debêntures	N/A	28/01/2023	28/01/2027	R\$165.000.000,00	100% CDI + 2,70% a.a.	Garantia real, com garantia adicional fidejussória

Adicionalmente, em 7 de julho de 2023, a Companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), no montante total de R\$ 84.682 mil, sendo que, na data deste Formulário de Referência, R\$ 28.251 mil já foram desembolsados. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 4% ao ano. O período de carência é de 31 meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 90 parcelas mensais e sucessivas.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 30 de setembro de 2023, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de setembro de 2023 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os empréstimos em moeda estrangeira, as notas comerciais e as debêntures emitidas pela Companhia possuem restrições no que se referem a manutenção dos seguintes índices financeiros (*covenants*), os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais e consolidadas da Companhia, no âmbito da:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- **1ª Emissão Debêntures e 2ª Emissão Debêntures:**

- (i) Dívida Líquida / EBITDA: manter a razão entre Dívida Líquida por EBITDA menor ou igual a: 2,0x, em 2023 e 1,75x, de 2024 em diante;

- **1ª Emissão Notas Comerciais:**

- (i) Dívida Líquida / EBITDA: manter a razão entre Dívida Líquida por EBITDA menor ou igual a manter 2,0x em 2023 e 1,75x em 2024 em diante.

- **CCB Santander**

- (i) Dívida Líquida / EBITDA: manter a razão entre Dívida Líquida por EBITDA menor ou igual a manter 2,0x em 2023 e 1,75x em 2024 em diante.

Para fins dos contratos de empréstimo e financiamentos relevantes indicados acima, entende-se por:

I. Dívida: Soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (a) os títulos descontados com regresso e antecipação de recebíveis, (b) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (c) arrendamento mercantil / leasing financeiro, (d) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, (e) os passivos decorrentes de instrumentos financeiros – derivativos, (f) passivos decorrentes de financiamento de aquisições com os vendedores ("Seller's Financing");

II. Caixa: Dinheiro em caixa, depósitos à vista e caixa aplicado em ativo financeiro com a expectativa de geração de valor ao longo do tempo disponíveis no curto prazo (inferior a 360 dias);

III. Dívida Líquida: Dívida subtraído do Caixa; e

IV. EBITDA: Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários, exceto eventos não recorrentes, tanto positivos quanto negativos.

Todos os contratos de empréstimo e financiamentos relevantes indicados acima possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* e *cross acceleration*), sendo que tal sujeição se aplica também a eventual descumprimento de *covenants* e/ou declaração de vencimento antecipado de dívidas de outras empresas do Grupo. Em 30 de setembro de 2023, tais contratos representam aproximadamente 37% (trinta e sete por cento) do endividamento total da Companhia.

Adicionalmente, as emissões de debêntures acima citadas, apresentam restrições à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e a alienação de controle societário. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

Os *covenants* financeiros constantes dos empréstimos em moeda estrangeira, da 1ª Emissão de Notas Comerciais e da 1ª Emissão de Debêntures indicados acima não foram cumpridos em sua última medição realizada em 31 de dezembro de 2022, visto que a Companhia atingiu o valor de Dívida Líquida de R\$ 219.178 mil e uma razão de Dívida Líquida / EBITDA de 4,6x. A Companhia, após 31 de dezembro de 2022, obteve *waiver* junto às respectivas contrapartes, tendo a renúncia do pagamento antecipado das parcelas apenas para o período de 31 de dezembro de 2022.

- (g) **Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	30/09/2023	AV	30/09/2022	AV	AH
Receita líquida	803.958	100%	629.461	100%	27,72%
Custos dos serviços prestados	(459.423)	(57,15%)	(368.562)	(58,55%)	24,65%
Lucro bruto	344.535	42,85%	260.899	41,45%	32,06%
Despesas comerciais	(31.831)	(3,96%)	(21.973)	(3,49%)	44,86%
Despesas administrativas	(328.459)	(40,86%)	(305.924)	(48,60%)	7,37%
Outras despesas operacionais	(1.113)	(0,14%)	(3.083)	(0,49%)	(63,90%)
Outras receitas operacionais	8.087	1,01%	11.793	1,87%	(31,43%)
Prejuízo antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(8.781)	(1,09%)	(58.288)	(9,26%)	(84,94%)
Resultado financeiro líquido	(174.283)	(21,68%)	(133.723)	(21,24%)	30,33%
Prejuízo antes dos impostos	(183.064)	(22,77%)	(192.011)	(30,50%)	(4,66%)
Imposto corrente	(2.306)	(0,29%)	(2.258)	(0,36%)	2,13%
Imposto diferido	666	0,08%	806	0,13%	(17,37%)
Prejuízo do período	(184.704)	(22,97%)	(193.463)	(30,73%)	(4,53%)

Receita líquida

A receita líquida da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 totalizou R\$803.958 mil, comparado com R\$629.461 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$174.477 mil ou 27,72%. Este aumento está relacionado com a evolução no número de clientes no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, e do aumento no número de transações processadas em nosso ecossistema.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$459.423 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado com R\$368.562 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$90.861 mil ou 24,65%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento no número de pedidos, oriundo principalmente dos países Latam, exceto Brasil. Os custos dos serviços prestados representaram 57,15% e 58,55% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Lucro bruto

O lucro bruto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$344.535 mil comparativamente a R\$260.899 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$83.636 mil ou 32,06%. O lucro bruto representou 42,85% e 41,45% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Tais variações estão diretamente relacionadas ao aumento dos clientes que, consequentemente, diluíram o aumento dos custos dos serviços prestados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas comerciais

As despesas comerciais no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$31.831 mil comparativamente a R\$21.973 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$9.858 mil ou 44,86%. As despesas comerciais representaram 3,96% e 3,49% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento é atribuído substancialmente ao crescimento das atividades das subsidiárias da Companhia nos demais países na América Latina.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$328.459 mil comparativamente a R\$305.924 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$22.535 mil ou 7,37%. As despesas administrativas representaram 40,86% e 48,60% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento está diretamente relacionado a aquisição da Ecomsur, visto que no período anterior essas despesas não existiam.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$174.283 mil comparativamente a R\$133.723 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$40.560 mil ou 30,33%. O resultado financeiro líquido representou 21,68% e 21,24% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento está relacionado principalmente às despesas com juros sobre debêntures, empréstimos e taxa de antecipação de recebíveis.

Prejuízo antes do imposto

O prejuízo antes do imposto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$183.064 mil comparativamente a R\$192.011 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$8.947 mil ou 4,66%. O prejuízo antes do imposto representou 22,77% e 30,50% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. A redução no prejuízo é atribuída substancialmente à implementação de projetos de ganhos de eficiência e redução de custos em 2023.

Prejuízo do período

Prejuízo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$184.704 mil comparativamente a R\$193.463 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$8.759 mil ou 4,53%. O prejuízo do exercício representou 22,97% e 30,73% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à implementação de projetos de ganhos de eficiência e redução de custos implementadas em 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
Receita líquida	891.301	100%	422.560	100%	110,93%
Custos dos serviços prestados	(512.426)	(57,49%)	(217.553)	(51,48%)	135,54%
Lucro bruto	378.875	42,51%	205.007	48,52%	84,81%
Despesas comerciais	(27.782)	(3,12%)	(33.299)	(7,88%)	(16,57%)
Despesas administrativas	(447.621)	(50,22%)	(215.669)	(51,04%)	107,55%
Outras receitas operacionais	15.792	1,77%	15.598	3,69%	1,25%
Outras despesas operacionais	(3.644)	(0,41%)	(535)	(0,13%)	581,14%
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e impostos	(84.380)	(9,47%)	(28.898)	(6,84%)	191,99%
Resultado financeiro líquido	(179.026)	(20,09%)	(9.074)	(2,15%)	1872,96%
Participação nos (prejuízos) lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	-	-	574	0,14%	(100%)
Prejuízo antes dos impostos	(263.406)	(29,55%)	(37.398)	(8,85%)	604,33%
Imposto corrente	(2.562)	(0,29%)	(1.670)	(0,40%)	53,41%
Imposto diferido	1.029	0,12%	0	-	-
Prejuízo do exercício	(264.939)	(29,72%)	(39.068)	(9,25%)	578,15%

Receita líquida

A Receita líquida da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$891.301 mil, comparado com R\$422.560 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$468.741 mil ou 110,93%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento na quantidade de clientes entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) o aumento na quantidade de transações em nosso ecossistema, o que resultou em um crescimento de 82,7% do GMV no período.

Custos dos serviços prestados

Os Custos dos serviços prestados totalizaram R\$512.426 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado com R\$ 217.533 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$294.872 mil ou 135,54%. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento no número de pedidos e ao aumento na receita de B2C, que possui menor margem. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os custos dos serviços prestados representaram 57,49% e 51,48% da nossa receita líquida, respectivamente.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$378.875 mil comparativamente a R\$ 205.007 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$173.868 mil ou 84,81%. O lucro bruto representou 42,51% e 48,52% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao aumento na receita de B2C, que possui menor margem.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas comerciais

As despesas comerciais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$27.782 mil comparativamente a R\$33.299 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma redução de R\$5.517 mil ou 16,57%. Esta redução é atribuída substancialmente à redução do número de colaboradores da Companhia na área comercial e a mudança na estrutura de alocação de custos com pessoal na Companhia, passando por uma definição por meio das verticais criadas em 2022

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$447.621 mil comparativamente a R\$215.669 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$231.952 mil ou 107,55%. As despesas administrativas representou 51,04% e 50,22% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à consolidação em nosso quadro de empregados de pessoas empregadas nas empresas que adquirimos e à despesas com operações de aquisições de companhias.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$179.026 mil comparativamente a R\$9.074 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$169.952 mil ou 1.872,96%. O resultado financeiro, líquido representou 20,09% e 2,15% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às despesas provenientes das operações de antecipação de recebíveis realizadas pela Companhia que são efetuadas para que a Companhia possa efetuar o repasse aos clientes, e a um aumento de juros incorridos sobre novas debêntures contratadas.

Prejuízo antes dos impostos

O prejuízo antes dos impostos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$263.406 mil comparativamente a R\$ 37.398 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$226.008 mil ou 604,33%. O prejuízo antes do imposto representou 29,55% e 8,85% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento nas despesas financeiras e a despesas com operações de aquisições de companhias.

Imposto corrente

O imposto de renda corrente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$2.562 mil comparativamente a R\$1.670 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$892 mil ou 53,41%. O imposto de renda corrente representou 0,29% e 0,40% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esse crescimento decorre do resultado positivo das empresas na Argentina e no Chile, que apuraram um lucro superior no exercício de 2022.

Prejuízo do exercício

O prejuízo do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$264.939 mil comparativamente a R\$39.068 mil no mesmo período de 2021, o que representou um crescimento de R\$225.871 mil ou 578,15%. O prejuízo do exercício representou 29,72% e 9,25% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este crescimento é atribuído substancialmente ao crescimento nas despesas provenientes das operações de antecipação de recebíveis realizadas pela Companhia que são efetuadas para que a Companhia possa efetuar o repasse aos clientes, e aos juros sobre empréstimos e debêntures.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
Receita líquida	422.560	100%	235.933	100%	79%
Custos dos serviços prestados	(217.553)	-51,48%	(118.535)	-50,24%	84%
Lucro bruto	205.007	48,52%	117.398	49,76%	75%
Despesas comerciais	(33.299)	-7,88%	(15.869)	-6,73%	110%
Despesas administrativas	(215.669)	-51,04%	(101.079)	-42,84%	113%
Outras receitas operacionais	15.598	3,69%	4.680	1,98%	233,26%
Outras despesas operacionais	(535)	(0,13%)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e impostos	(28.898)	-6,84%	5.130	2,17%	-663%
Resultado financeiro líquido	(9.074)	-2,15%	(12.352)	-5,24%	27%
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	574	0,14%	688	0,29%	-17%
Prejuízo antes dos impostos	(37.398)	-8,85%	(6.534)	-2,77%	472%
Imposto corrente	(1.670)	-0,40%	-	-	-
Prejuízo do exercício	(39.068)	-9,25%	(6.534)	-2,77%	498%

Receita líquida

A Receita líquida da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 422.560 mil, comparado com R\$235.933 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$186.627 mil ou 79%. Este aumento é atribuído substancialmente, pelo aumento dos clientes, advindos das transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021.

Custos dos serviços prestados

Os Custos dos serviços prestados totalizaram R\$217.553 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado com R\$118.535 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$99.018 mil ou 84%. Este aumento é atribuído substancialmente a consolidação dos custos das empresas adquiridas, pelas aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021 e, consequentemente, ao aumento inorgânico do número de pedidos de vendas e o volume total de transações em nossas plataformas. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os custos dos serviços prestados representaram 51,48% e 50,24% da nossa receita líquida, respectivamente.

Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto da Companhia foi de R\$ 205.007 mil, comparado com R\$117.398 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$87.609 mil ou 75%. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o lucro bruto representou 48,52% e 49,76% da nossa receita líquida, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente às transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021, porém, reduzindo um ponto percentual na representatividade do lucro bruto em relação a receita líquida, em função das empresas adquiridas terem um lucro bruto menor, uma vez que tais empresas possuíam apenas serviços de B2C, enquanto a Companhia já possuía um mix de serviços

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

entre B2B e B2C, no qual historicamente, o lucro bruto da operação de B2B tem uma margem maior que a do B2C.

Despesas comerciais

As Despesas comerciais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$33.299 mil comparado com R\$15.869 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$ 17.430 mil ou 110%. As despesas comerciais representaram 7,88% e 6,73% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este crescimento é atribuído substancialmente às transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021, uma vez que tais empresas adquiridas já tinham contratos firmados com fornecedores e, nesse formato, foi necessário honrar com esses contratos até que a Companhia pudesse integralizar e adequar as despesas comerciais.

Despesas administrativas

As Despesas administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 215.669 mil comparado com R\$101.079 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$ 114.590 mil ou 113%. As Despesas administrativas representaram 51,04% e 42,84% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este crescimento é atribuído substancialmente às transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021 e devido ao aumento do número de colaboradores da Companhia em novas áreas.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$9.074 mil comparativamente a R\$12.352 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma diminuição de R\$3.278 mil ou 27%. O resultado financeiro líquido representou 2,15% e 5,24% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução está relacionada ao aumento da receita sobre os rendimentos de aplicações financeiras, devido ao impacto positivo de caixa e equivalentes de caixa que a Companhia teve no exercício social de 2021.

Prejuízo antes dos impostos

O prejuízo antes dos impostos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$37.398 mil comparativamente a R\$6.534 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$30.864 mil ou 472%. O prejuízo antes do imposto representou 8,85% e 2,77% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é relacionado principalmente ao aumento dos custos e despesas devidas às transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021, o que trouxe prejuízo ao consolidado, bem como aos gastos envolvidos na listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3, que exigiu a estruturação de novos comitês e novas áreas, tais como Auditoria Interna e Controles Internos.

Imposto corrente

O imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.670 mil comparativamente a R\$0 no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$1.670 mil. O imposto de renda e contribuição social representou 0,40% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é relacionado principalmente as operações da Companhia na Argentina e no Chile, as quais geraram lucro operacional e, portanto, gerou impostos sobre o lucro. Em 2020, tais empresas não faziam parte do consolidado da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Prejuízo do exercício

O prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 39.068 mil comparado a um prejuízo de R\$6.534 mil no mesmo período de 2020, o que representou um crescimento de R\$32.534 mil, relacionado principalmente com as transações de aquisições de companhias concluídas ao longo do exercício social de 2021 e aos gastos envolvidos na listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3, que exigiu a estruturação de novos comitês e novas áreas, tais como Auditoria Interna e Controles Internos.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

<i>(em R\$ mil)</i>	30/09/2023	30/09/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa (usado nas) gerado das atividades operacionais	151.384	55.095	160.887	(72.700)	42.352
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(97.902)	(100.366)	(127.353)	(795.223)	(65.558)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(157.417)	164.298	124.428	921.607	79.403
(Redução)/Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(103.935)	119.027	157.962	53.684	51.942

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

Fluxo de caixa (usado nas) gerado das atividades operacionais

O fluxo de caixa gerado das atividades operacionais totalizou R\$ 151.384 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado com a geração de R\$ 55.095 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. O crescimento da geração de caixa operacional deve-se principalmente a geração de caixa advinda do contas a receber totalizando um aumento de R\$ 113.292 mil.

Fluxo de caixa líquido (usado nas) atividades de investimento

O fluxo de caixa usado nas atividades de investimento totalizou R\$ 97.902 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado a R\$ 100.366 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. Essa redução do uso de caixa deve-se, principalmente, a redução das aquisições de imobilizado e intangível no valor de R\$ 78.445 mil na comparação entre os períodos.

Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 157.417 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado a um caixa gerado de R\$ 164.298 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. Esse aumento da utilização do caixa é justificado, principalmente pela menor captação de empréstimos e pelo maior dispêndio de caixa no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Fluxo de caixa (usado nas) gerado das atividades operacionais

O fluxo de caixa gerado das atividades operacionais totalizou R\$ 160.887 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado com o consumo de R\$ 72.700 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O crescimento da geração de caixa operacional deve-se principalmente diminuição no caixa operacional utilizado com impostos a pagar de R\$ 102.347 mil.

Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa usado nas atividades de investimento totalizou R\$127.353 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$795.223 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução é justificada principalmente na redução dos pagamentos nas transações de aquisição de empresas no total de R\$ 624.726 mil.

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento

O fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$ 124.428 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 921.607 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa redução é justificada principalmente pelos recursos captados pela Companhia no âmbito de sua oferta pública inicial de ações (IPO), realizado em 2021, no montante de R\$ 902 milhões.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Fluxo de caixa gerado das (usado nas) atividades operacionais

O fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$ 72.700 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado com um fluxo de caixa gerado de R\$42.352 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento no consumo de caixa operacional deve-se principalmente ao aumento do volume de pagamentos de fornecedores no total de que aumentaram R\$ 260.209 mil.

Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa usado nas atividades de investimento totalizou R\$ 795.233 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$65.558 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de R\$729.665 mil, é justificado principalmente pelos pagamentos nas transações de aquisições de companhias no total de R\$ 609.872 mil em 2021.

Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento

O fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento totalizou R\$921.607 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 79.403 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento nos recebimentos é justificado principalmente pela oferta pública de ações da Companhia, no valor de R\$ 902 milhões e pela emissão de debêntures em 2021, no valor de R\$ 250 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultados: os Diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, as receitas de serviços da Companhia compreendem toda a gestão de e-commerce de seus clientes, incluindo, mas não se limitando à gestão de plataformas, gestão comercial, gestão de portfólio de recebíveis, gestão logística e transporte, gestão do atendimento ao cliente e aos consumidores finais, registro de produtos e produção de conteúdo, gestão de mídia digital e gerenciamento de projetos digitais.

Há principalmente dois fluxos de receita nos quais a Companhia segrega suas receitas: (i) receita de serviços (comissão) relacionados à venda de produtos dos clientes, que podem envolver um ou uma combinação de serviços prestados pelo Grupo, mas sempre vinculados à venda do produto do cliente – a receita mais significativa da Companhia, e (ii) receita de outros serviços.

(i) Para a receita de serviços relacionados à venda de produtos de seus clientes, o Grupo atua como um agente nos contratos firmados com seus clientes, nas transações que envolvem a venda de produtos do cliente. Como resultado da intermediação e prestação dos serviços o Grupo cobra uma comissão. Embora possa envolver serviços combinados, a obrigação de desempenho será cumprida com a venda de mercadorias do cliente, quando o produto do cliente é entregue ao consumidor final e o recebimento deste produto é aceito (em um momento específico – *at a point in time*).

Principais pontos do contrato: (i) serviços que farão parte do escopo contratado do Cliente, como por exemplo, tecnologia omnichannel, *fulfillment* e *fintech*; (ii) a comissão que será cobrada ao aplicar o percentual sobre cada produto vendido no website ao consumidor final. Este percentual varia de acordo com a quantidade de serviços contratados; e (iii) condições de pagamento e transferência de recebimentos dos produtos vendidos (GMV).

(ii) Outros serviços, que não estão vinculados ao serviço de gestão logística e de transportes dos produtos do cliente. Basicamente, trata-se de demandas pontuais (*spots*) no qual o cliente solicita serviços específicos em sua plataforma que não está englobada no contrato com o cliente consumidor final e não se referem a mercadorias, como por exemplo ações de endomarketing, ações de marketing e institucionais. Todos os serviços são prestados em um curto período de tempo, principalmente dentro de um mês, para esses casos a obrigação de desempenho será cumprida com o aceite do cliente/termo de encerramento no produto final entregue, da prestação de serviço.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia são materialmente influenciados pelos seguintes fatores:

Aquisição de subsidiárias

Pier 8 e Armazéns

Em 23 de dezembro de 2020, a subsidiária IFC Ltda adquiriu 100% das ações da Pier 8 Serviços e Varejo Ltda, e da Armazéns Gerais Furusho & Salzano Ltda. (em conjunto, "Pier 8").

New Retail

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 40% das ações da New Retail, passando de 21,44% de participação para 61,44%. Com a aquisição adicional da participação, a Companhia passou a ter o controle das operações da New Retail.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Summa e Sigurd

Em 15 de julho de 2021 foi celebrado o contrato de compra e venda, onde a subsidiária New Retail adquiriu 100% das quotas das empresas Summa Solutions S.R.A L. & Sigurd S.A.P.I. de C.V., em conjunto "Summa", localizadas na Argentina e no México, respectivamente.

Tatix

Em 10 de agosto de 2021 foi celebrado o contrato de compra e venda onde a subsidiária IFC Ltda. adquiriu 100% das quotas da Tatix Comércio e Participações Ltda, denominada "Tatix".

Synapcom

No dia 26 de novembro de 2021, a Companhia obteve controle da operação adquirindo 100% (cem por cento) do capital social da Synapcom.

Tevec (atual Infradata Sistemas S.A.)

Em 28 de janeiro de 2022, foi celebrado o contrato de compra e venda, onde a subsidiária da Companhia, Infracommerce Negócios e Soluções Ltda., adquiriu 100% das ações da empresa Tevec Sistemas S.A. (atualmente denominada Infradata Sistemas S.A.), localizada no Brasil.

Brandlive Colombia

Em 01 de abril de 2022, a Companhia adquiriu, por meio da New Retail, 60% adicionais das ações representativas do capital da Brandlive Colombia S.A., na qual a Companhia já tinha participação indireta de 40%, passando então a deter 100% de participação.

Ecomsur

Em 05 de abril de 2023 a Companhia adquiriu dos acionistas minoritários da New Retail 9,64% da participação. Essa transação ocorreu para que a Companhia não fosse diluída no momento da aquisição da Ecomsur. Nesse momento, a Companhia passou a deter 71,08% de participação na New Retail, participação essa que foi reduzida para 61,9% após a diluição pela entrega de participação mencionada abaixo pela aquisição da Nueva Ecomsur.

No mesmo dia 05 de abril de 2023, a Companhia adquiriu 100% da Ecomsur Holding e 100% da Nueva Ecomsur (em conjunto, "Ecomsur").

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Contratualmente, os preços praticados pela Companhia são diretamente atribuíveis a oferta de serviço de *Fullcommerce*¹ que cada cliente contrata e o modelo de remuneração se baseia em um percentual, definido de cliente a cliente, que deriva do valor bruto de vendas aprovadas da loja virtual do cliente. Esse percentual dá cobertura a todas as atividades que façam parte do contrato e pressupõem que ainda que existam atividades que sejam subcontratadas, em todos os casos são embutidos nas nossas negociações uma margem de contribuição sobre os valores de custo.

Em todos os casos, a Companhia tem sido capaz de repassar aos clientes variações positivas ou negativas nos custos de nossas mercadorias e/ou serviços, recompondo a margem contratada. Tais variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária e outros efeitos não previstos inicialmente.

¹ Terceirização do planejamento, consultoria, criação, gestão, operação, segurança digital, métodos de pagamento e análise de resultados do e-commerce empresarial.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Diversos serviços prestados pela Companhia têm seus valores reajustados anualmente com base na variação do IGP-M ou do IPCA.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Atuamos no setor de tecnologia e nossas operações consistem principalmente na prestação de serviços relacionados a e-commerce. Como tal, estamos sujeitos a diversos fatores que afetam os nossos resultados das operações e a condição financeira, que, entre outros, incluem o seguinte:

- o ambiente macroeconômico brasileiro;
- a inflação, o poder de compra dos consumidores e disponibilidade de crédito; e
- as demandas de clientes e hábitos de compra em evolução.

Ambiente macroeconômico brasileiro: Atuamos no Brasil e, portanto, a maioria das nossas receitas, despesas e ativos é auferida em reais. Consequentemente, as mudanças macroeconômicas no Brasil, especialmente no que diz respeito à inflação, taxas de juros a curto e longo prazo, taxas de câmbio, níveis salariais e emprego, disponibilidade de crédito e a confiança do consumidor podem afetar os resultados das nossas operações. Nossos resultados das operações também são, até certo ponto, afetados pelas flutuações cambiais. Portanto, as flutuações cambiais impactam o custo dos serviços e poderá afetar nosso resultado das operações.

Taxas de juros: O Banco Central do Brasil altera periodicamente a taxa básica de juros, a fim de gerenciar a inflação. As variações nas taxas de juros afetam principalmente nossas despesas financeiras, bem como comprometem o custo e a disponibilidade de crédito ao consumidor, o que influencia principalmente as vendas de nossos clientes.

Inflação: Enquanto pequenas variações no índice de inflação podem ser repassadas aos nossos clientes sem representar um impacto relevante sobre a demanda dos serviços, acreditamos que um aumento significativo no índice de inflação possa afetar adversamente a demanda por nossos serviços, o que pode (i) prejudicar a confiança dos consumidores, e (ii) afetar adversamente o poder de compra dos consumidores. Além disso, algumas das nossas despesas de vendas, gerais e administrativas são diretamente influenciadas pelas alterações na inflação, tais como os custos de mão de obra e despesas de aluguéis.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes referente ao último exercício social e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi emitido sem opiniões modificadas e ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos relevantes: os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico estão disponíveis no item 1.12 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

No último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos três últimos exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 as seguintes medições não contábeis para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

<i>(Em milhões de reais, exceto percentuais)</i>	30/09/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	112.852	56.823	16.962	20.151
Margem EBITDA	14,04%	6,38%	4,01%	8,54%
EBITDA Ajustado	143.923	103.067	25.727	20.696
Margem EBITDA Ajustado	17,90%	11,56%	6,08%	8,77%
Dívida Bruta	682.860	512.297	268.183	71.909
Dívida Líquida	473.229	219.178	58.141	4.659
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,5⁽¹⁾	2,1	2,3	0,2
EBITDA Ajustado/CAPEX	59.200	(91.191)	(50.917)	(21.748)

⁽¹⁾ O cálculo da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado considera a Dívida Líquida em 30 de setembro de 2023 de R\$ 473.229 mil, e EBITDA Ajustado LTM (últimos 12 meses) findos em 30 de setembro de 2023 de R\$ 187.038 mil, que resulta em 2,5.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado/CAPEX, EBITDA Ajustado LTM, Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156/22, conciliada com suas demonstrações financeiras.

O EBITDA consiste no prejuízo do período/exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA Ajustado representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao prejuízo do período/exercício adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização, deduzindo: (i) despesas e receitas relacionadas ao processo de aquisições de empresas¹; (ii) despesas com o programa de opção de ações correspondente à despesa com outorga; (iii) despesas relacionadas à oferta pública inicial de ações (IPO) da Companhia; e (iv) outras despesas que não são relacionadas à operação da Companhia, como, por exemplo, multas por encerramento de contratos de forma antecipada, serviços relacionados a desmobilização de espaços e serviços relacionados a consultorias que não tiveram continuidade. A Margem EBITDA Ajustado, por sua vez, é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

¹ Despesas relacionadas a assessores legais e consultores e receitas referentes a remensuração dos investimentos.

2.5 Medições não contábeis

O EBITDA Ajustado *Last Twelve Months* ("LTM"), ou últimos doze meses, é calculado pela soma do EBITDA Ajustado do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2023, somado ao EBITDA Ajustado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, menos o EBITDA Ajustado do período de nove meses findo em setembro de 2022. A Margem EBITDA Ajustado LTM é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado LTM pela Receita Líquida LTM do período de doze meses findo em 30 de setembro de 2023.

O EBITDA Ajustado/CAPEX consiste no valor do EBITDA Ajustado do exercício/período subtraído do valor total de aquisições de imobilizado e intangível ("CAPEX") do mesmo exercício/período.

O EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado/CAPEX, EBITDA Ajustado LTM, Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou de acordo com o IFRS e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos da Resolução CVM nº 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM nº 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM nº 156/22 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM nº 156/22.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

A Dívida Bruta é calculada como a soma dos empréstimos e financiamentos e debêntures – circulante e não circulante. A Dívida Líquida é calculada como Dívida Bruta subtraída de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante. A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é calculada como Dívida Líquida dividida por EBITDA Ajustado. A Companhia utiliza a Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado como um indicador para medir a capacidade de pagamento do seu endividamento com terceiros com a utilização de recursos próprios.

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado não são medidas de liquidez ou endividamento definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

2.5 Medições não contábeis

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado LTM, Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM

<i>(Em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	Período de nove meses findo em 30/09/2023	Período de nove meses findo em 30/09/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Prejuízo do exercício/período	(184.704)	(193.463)	(264.939)	(39.068)	(6.534)
(+) Imposto corrente e diferido	1.640	1.452	1.533	1.670	-
(+) Resultado financeiro líquido	174.283	133.723	179.026	9.074	12.352
(+) Depreciação e amortização	121.633	95.432	141.203	45.286	14.333
EBITDA	112.852	37.144	56.823	16.962	20.151
(+) Despesas/(Receitas) relacionadas a aquisições	12.496	16.585	37.939	(5.142)	545
(+) Despesas Relacionadas a programas de incentivo de longo prazo	3.700	1.754	2.524	5.030	-
(+) Despesas Relacionadas a reestruturação societária da companhia.	-	-	-	4.255	-
(+) Despesas relacionadas a multas por encerramento antecipado de contratos, serviços relacionados a desmobilização de espaços e serviços, e outros ⁽¹⁾	14.875	3.954	5.772	4.622	-
EBITDA Ajustado	143.923	59.952	103.067	25.727	20.696
Receita Líquida	803.958	629.461	891.301	422.560	235.933
Margem EBITDA	14,04%	5,90%	6,38%	4,01%	8,54%
Margem EBITDA Ajustado	17,90%	9,52%	11,56%	6,08%	8,77%
(-) CAPEX	84.723	163.168	194.258	76.644	42.444
EBITDA Ajustado – CAPEX	59.200	(103.216)	(91.191)	(50.917)	(21.748)

(1) Representa despesas não relacionadas com a geração bruta de caixa da Companhia, como, por exemplo, multas por encerramento de contratos de forma antecipada, serviços relacionados a desmobilização de espaços e serviços relacionados a consultorias que não tiveram continuidade.

2.5 Medições não contábeis

<i>(Em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	LTM: Período de doze meses findo em 30 de setembro de	
	2023	2022
Prejuízo do exercício/período	(256.180)	(217.925)
(+) Imposto corrente e diferido	1.721	2.729
(+) Resultados financeiros líquidos	219.586	146.335
(+) Depreciação e amortização	167.404	112.499
EBITDA	132.531	43.638
(+) Despesas/(Receitas) relacionadas a aquisições	33.851	21.306
(+) Despesas Relacionadas a programas de incentivo de longo prazo	4.471	2.353
(+) Despesas Relacionadas a reestruturação societária da companhia ocorrida antes da realização do seu IPO	-	1.782
(+) Despesas relacionadas a multas por encerramento antecipado de contratos, serviços relacionados a desmobilização de espaços e serviços, e outros ⁽¹⁾	16.693	8.546
EBITDA Ajustado	187.038	77.624
Receita líquida	1.065.798	794.972
Margem EBITDA	12,39%	5,49%
Margem EBITDA Ajustado	17,55%	9,76%

(1) Representa despesas não relacionadas com a geração bruta de caixa da Companhia, como, por exemplo, multas por encerramento de contratos de forma antecipada, serviços relacionados a desmobilização de espaços e serviços relacionados a consultorias que não tiveram continuidade.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a conciliação da Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado com os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias revisadas:

<i>(Em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	Período de nove meses findo em 30/09/2023	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Empréstimos e Financiamentos – Circulante	168.299	257.093	13.112	30.262
Debêntures – Circulante	82.640	23.394	2.276	-
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante	95.776	2.162	5.276	41.647
Debêntures – Não Circulante	336.145	229.648	247.519	-
Dívida Bruta	682.860	512.297	268.183	71.909
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(174.961)	(278.896)	(120.934)	(67.250)
(-) Aplicações financeiras - circulante	(34.670)	(14.223)	(89.108)	-
Dívida Líquida	473.229	219.178	58.141	4.659
EBITDA Ajustado	143.923	103.067	25.727	20.696
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,5⁽¹⁾	2,1	2,3	0,2

(1) O cálculo da Dívida Líquida/EBITDA Ajustado considera a Dívida Líquida em 30 de setembro de 2023 de R\$ 473.229 mil, e EBITDA Ajustado LTM (últimos 12 meses) findos em 30 de setembro de 2023 de R\$ 187.038 mil, que resulta em 2,5.

2.5 Medições não contábeis

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medições apropriadas para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações posto que no seu cálculo não são incluídas despesas de depreciação, amortização, despesas de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) e resultados financeiros, líquidos. Sendo assim, não é afetado por flutuações nas taxas de juros (sejam elas, aplicáveis à dívida ou à remuneração do caixa aplicado), alterações de carga tributárias de imposto de renda e contribuição social, bem como pelos níveis de depreciação e amortização. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma adequada compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado/CAPEX, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado LTM e a Margem EBITDA Ajustado LTM, são medições apropriadas para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar decisões de natureza administrativa. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado e o EBITDA Ajustado LTM oferecem aos investidores uma adequada compreensão de sua estrutura financeira em termos de performance.

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos da Resolução CVM nº 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM nº 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM nº 156/22 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM nº 156/22.

A divulgação de informações sobre a Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado visa a apresentar uma visão geral do endividamento e da posição financeira da Companhia. Na gestão de nossos negócios, utilizamos a Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado como forma de avaliar nossa posição financeira. A Companhia entende que essa medida funciona como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, analisar o grau de alavancagem financeira, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais, como decisões de investimento e de gestão do fluxo de caixa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não ocorreram eventos após 30 de setembro de 2023, data base das últimas às últimas informações contábeis divulgadas pela Companhia, cuja emissão ocorreu em 9 de novembro de 2023.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022	2021	2020
(a) Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>Por força da 1ª Emissão de Debêntures e da 1ª Emissão de Notas Escriturais da Companhia, a Companhia não pode distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nas respectivas Escrituras de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária relativo à 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra maneira de envio de recursos aos acionistas em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício subtraído pelo montante destinado à reserva legal, se necessário, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Por força da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, a Companhia não pode distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra maneira de envio de recursos aos acionistas em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício subtraído pelo montante destinado à reserva legal, se necessário, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.</p>
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	<p>Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	<p>Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>	<p>Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.</p>

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
(a) Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Por força da 1ª Emissão de Debêntures e da 1ª Emissão de Notas Escriturais da Companhia, a Companhia não pode distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nas respectivas Escrituras de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária relativo à 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra maneira de envio de recursos aos acionistas em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício subtraído pelo montante destinado à reserva legal, se necessário, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.	Por força da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, a Companhia não pode distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Companhia não pode realizar a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra maneira de envio de recursos aos acionistas em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício subtraído pelo montante destinado à reserva legal, se necessário, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens não evidenciados: os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social e ao exercício social corrente.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social e ao exercício social corrente.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social e ao exercício social corrente.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R\$84.723 mil, conforme demonstrado na tabela abaixo.

R\$ mil, exceto percentuais	30/09/2023	30/09/2022	Variação 30/09/2023 x 30/09/2022
Imobilizado	16.622	39.026	-57,4%
Intangível	68.101	124.142	-45,1%
Total	84.723	163.168	-48,1%

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os investimentos na aquisição de imobilizado e ativo intangível somaram R\$194.258 mil, conforme demonstrado na tabela abaixo.

R\$ mil, exceto percentuais	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	Variação 31/12/2022 x 31/12/2021	Variação 31/12/2021 x 31/12/2020
Imobilizado	49.460	32.264	11.671	53,30%	176,45%
Intangível	144.798	44.380	30.773	226,27%	44,22%
Total	194.258	76.644	42.444	153,45%	80,58%

Os investimentos da Companhia são destinados, primordialmente, ao aprimoramento de seu ecossistema de verticais digitais. Os investimentos em imobilizados consistem em benfeitorias feitas em infraestrutura, como nossos centros de distribuições, além de investimentos em máquinas, equipamentos, computadores, móveis e utensílios, fundamentais para a operação da Companhia. Ainda, os investimentos em intangíveis são destinados, principalmente, ao desenvolvimento de novos *features* para nossa plataforma própria e pesquisa e desenvolvimento de softwares.

As fontes de financiamento para os investimentos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram suportadas principalmente pelo caixa aportado por investidores financeiros (capital próprio), geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos (capital de terceiros). As fontes de financiamento para os investimentos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foram principalmente os recursos captados com a oferta pública inicial de ações de sua emissão.

As principais fontes de financiamento em 31 de dezembro de 2022 e 30 de setembro de 2023 foram oriundas dos recursos obtidos com o aumento de capital privado da Companhia e com financiamentos bancários.

Para o exercício social corrente, a Companhia pretende investir R\$120.000 mil em melhorias em infraestrutura e investimentos em máquinas, equipamentos, computadores, móveis e utensílios, fundamentais para a manutenção da operação da Companhia. Além disso, a Companhia pretende realizar investimentos para a unificação de sistemas e ferramentas, resultando em aperfeiçoamentos operacionais.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente pelo caixa aportado por investidores financeiros, geração de caixa e, sempre que necessário, por meio de empréstimos e financiamentos junto à terceiros.

2.10 Planos de negócios

Para os investimentos previstos e descritos no item (i) acima, a fonte principal de financiamento foi os recursos obtidos com o aumento de capital privado da Companhia e com financiamentos bancários.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Embora já desenvolva iniciativas ligadas às temáticas ASG, a Companhia entende que o conceito de "oportunidades ASG" implica a necessidade de inovações dentro do seu próprio negócio. Assim, atualmente, a Companhia ainda não inclui oportunidades ASG estruturadas para divulgação.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações relevantes com relação a este item 2.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Em 24 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), aplicável à toda a Companhia e suas controladas.

(b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos visa estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos e realização de seus negócios. Adicionalmente, as práticas adotadas pela Companhia para monitoramento dos riscos de mercado, estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos, possuem por objetivo evitar ou mitigar eventuais efeitos adversos nas suas atividades.

O processo de gerenciamento de riscos é baseado (mas não se limita) no COSO-ERM e integrado às metas e objetivos estratégicos de negócios da Companhia. Ao adotar tais procedimentos, a Companhia espera os seguintes benefícios: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) garantir maior transparência em relação aos riscos que a Companhia está sujeita e estratégias de mitigação; (iv) difundir a cultura de gestão de riscos em todos os níveis da Companhia; (v) elevar o nível de maturidade em gestão de riscos da Companhia; (vi) tomar de decisões de negócio mais consistente; e (vii) contribuir para a busca da excelência na gestão empresarial.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa impactar suas atividades e operações de forma negativa. Esses riscos são categorizados em seis grupos de natureza distintas, considerando fatores internos e externos:

- Riscos Tecnológicos: são aqueles associados ao ambiente de tecnologia da informação que podem ser causados, por exemplo, pelo desenvolvimento de tecnologia, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas (envio de arquivos confidenciais), acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro, dentre outros, que impactam na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.
- Riscos Operacionais: são aqueles que envolvem a operação, sistemas, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos da Companhia que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem, declínio dos resultados da Companhia. Dentre eles, podemos citar: inviabilidade do produto, clientes e mercado (baixo volume de vendas, perdas para concorrência, preço não condizente, produto não compatível e momento indevido de lançamento), dentre outros.
- Riscos Financeiros: são aqueles decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros. Dentre eles, podemos citar: perda financeira por cadastramento incorreto de índice de correção dos contratos, perdas financeiras decorrentes de ações ocasionadas por distratos realizados pelos clientes, dentre outros.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Riscos de Conformidade e Regulatórios:** são aqueles causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e políticas internas ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que possam resultar em perda financeira e/ou prejudicar a imagem e a reputação da Companhia. Dentre eles, podemos citar: atividades executadas em desacordo com políticas, normas e procedimentos da Companhia, falhas no monitoramento de alteração/criação de leis e regulamentações, sanções/multas devido à transmissão de informações incorretas para órgãos regulatórios, dentre outros.
- **Riscos Estratégicos:** são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor e incluem os riscos concorrenciais, riscos políticos e riscos de imagem/reputacionais. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político e econômico, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.
- **Riscos Socioambientais:** são os riscos relacionados a questões ambientais, como a contaminação de água e solo, descarte indevido de resíduos de construção, e corte indevido de árvores nativas, e questões socioambientais, como riscos de perdas decorrentes de efeitos negativos das atividades e operações da Companhia sobre a sociedade.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia analisa o risco levando em conta o impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados e define o limite de cada risco que está disposta a correr, classificando-os de acordo com as definições abaixo:

- **Risco Inaceitável:** representam ameaça potencial aos negócios da Companhia. Demandam ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou ao menos reduzir sua severidade e/ou frequência.
- **Risco Inesperado:** com alto impacto e baixa frequência. Devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.
- **Risco Provável:** de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor dos negócios. Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo.
- **Risco Aceitável:** perdas de menor relevância, podendo o custo do impacto ser menor do que o custo de mitigá-los. Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Uma vez definido o limite de risco, a Companhia trata o risco de acordo com sua criticidade. As alternativas para tratamento dos riscos se classificam da seguinte forma:

- **Rejeitar:** eliminar totalmente a fonte do risco. Esta resposta é aplicável na situação em que Companhia não encontrou alternativas para mitigação do risco até um nível aceitável, em conformidade com seu limite de riscos;
- **Transferir e/ou Compartilhar:** transferir a responsabilidade do risco para terceiros por meio de terceirização de operações e atividades;
- **Mitigar:** reduzir a probabilidade e/ou impacto de um risco para um limite aceitável a Companhia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Aceitar/Reter: nenhuma ação direta é tomada para alterar o nível de impacto ou probabilidade do risco. Esta resposta é aplicável quando o risco está abrangido no limite de riscos da companhia.

O processo de gerenciamento de risco da Companhia também inclui a elaboração de planos de ação, que representam o conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário/responsável do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados.

Ainda, a estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar os ativos aos mesmos índices dos seus passivos, estratégia conhecida como hedge natural. A Companhia poderá utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição do balanço patrimonial. No caso da utilização destas operações, elas serão conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho da Administração

Adicionalmente, a Companhia busca proteção para os riscos de crédito, de liquidez e de taxa de juros e poderá utilizar instrumentos para a proteção cambial quando houver exposição a moedas estrangeiras.

A Companhia faz o acompanhamento das projeções de mercado para índices de inflação (IPCA, IGP-M e INCC) e taxa de juros através do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, e mantém comunicação com diversos stakeholders, em relação às tendências de mercado. A Companhia utiliza análise de sensibilidade para o gerenciamento dos riscos de mercado das suas posições. Essa metodologia consiste na construção de cenários extremos das variáveis de risco de mercado as quais a Companhia possa estar exposta para determinar o potencial impacto aos seus resultados em tais condições de mercado. Estes cenários são elaborados com base em movimentos históricos e em cenários econômico-financeiros projetados.

Por fim, o processo de gerenciamento de riscos prevê o monitoramento constante dos riscos para evitar que a exposição da Companhia aos riscos aumente e impeça a continuidade de negócios.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia considera a atuação conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, e é realizada de acordo com o modelo de linhas de defesa do COSO-ERM. A Primeira Linha de Defesa é representada pelos Proprietários de Riscos, responsáveis diretos pela execução de seus processos e detecção dos riscos respectivos e implementação das respostas. Já a Segunda Linha de Defesa é representada pela Área de Riscos e Controles Internos e Área de Compliance que atua na garantia do apropriado funcionamento da primeira linha, por meio do estabelecimento de controles, na identificação de falhas de performance de controles e na identificação de desvios de políticas e procedimentos internos. A Terceira Linha de Defesa é representada pela Auditoria Interna, que atua no fornecimento de avaliações independentes à administração, especialmente pela realização de testes substantivos de controles internos para identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas e/ou fraudes.

Neste sentido, estão diretamente envolvidas no gerenciamento de riscos as estruturas organizacionais da Companhia abaixo:

O Conselho de Administração tem competência para monitorar o funcionamento do processo de gestão, acompanhar o perfil de riscos da Companhia e os planos de ação definidos em resposta aos riscos. Nesse contexto, compete ao Conselho de Administração da Companhia:

- definir os objetivos estratégicos, as diretrizes e o perfil de riscos da Companhia, adequado e aderente aos seus negócios;
- aprovar as políticas, diretrizes, matrizes de risco, limites de exposição e impactos propostos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (iii) fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;
- (iv) avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações e cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados;
- (v) assegurar, ao Comitê de Auditoria, autonomia operacional, aprovando orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e
- (vi) receber, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta são suficientes ao desempenho de suas funções.

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia, órgão autônomo de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- (i) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia para desenvolvimento de ações que promovam redução de riscos e ameaças;
- (ii) recomendar ao Conselho de Administração a avaliação de políticas, limites e planos de ação;
- (iii) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;
- (iv) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados;
- (v) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (vi) avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades; e
- (vii) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da função de controles internos da Companhia e reportá-las ao Conselho de Administração.

Compete à Diretoria, da Companhia:

- (i) atualizar a matriz de riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes;
- (ii) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
- (iii) avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos Proprietários dos Riscos e recomendar ações de respostas;
- (iv) acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;
- (v) adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e
- (vi) disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia, através de incentivos e políticas de remuneração variável.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Compete à Auditoria Interna, desempenhada por auditor independente registrado na CVM, e que se reporta ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria:

- (i) aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados aos negócios da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva; e
- (ii) fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que os processos e estrutura de gerenciamento de riscos esteja sendo devidamente obedecida.

Compete à Riscos e Controles Internos:

- (i) estabelecer os processos de gerenciamento de riscos;
- (ii) coordenar e definir os padrões a serem seguidos no que se refere às ferramentas, metodologias, sistemas de suporte e as formas de gerenciamento de riscos;
- (iii) atualizar a matriz de riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico ou quando do surgimento de novos fatores de risco;
- (iv) liderar e direcionar os esforços e objetivos de gestão de riscos com os diversos departamentos da Companhia;
- (v) implementar os controles e processos de gestão de riscos definidos pelo Conselho de Administração;
- (vi) auxiliar o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Área de Compliance e Controles Internos na análise de riscos corporativos;
- (vii) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;
- (viii) elaborar relatórios de reporte ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, consolidando a avaliação de riscos da Companhia;
- (ix) buscar melhorias no processo de gestão de riscos e controles internos de forma contínua;
- (x) acompanhar as melhorias de processos para mitigar os riscos corporativos;
- (xi) fornecer apoio aos Proprietários dos Riscos sobre o processo de gerenciamento de riscos;
- (xii) mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos, além de garantir os respectivos controles para mitigar os riscos identificados; e
- (xiii) acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais.

Compete à Compliance:

- (i) zelar pela aplicação do Código de Ética e Conduta da Companhia;
- (ii) elaborar o plano de implantação dos procedimentos e diretrizes do Código de Ética e Conduta, bem como das demais políticas de integridades;
- (iii) auxiliar a Área de Riscos e Controles Internos na avaliação dos riscos de conformidade e regulatórios;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (iv) acompanhar a implementação dos planos de ação; e
- (v) coordenar as melhorias de processos para mitigar os riscos de conformidade e regulatório.

Compete ao Comitê de Ética e Conduta (nova denominação da Comissão de Ética e Conduta), comitê interno da Companhia composto por membros da alta direção da Companhia e cujas atividades não possuam relação com áreas operacionais da Companhia, dentre outras atribuições:

- (i) recomendar o direcionamento estratégico relativo a denúncias de irregularidade;
- (ii) determinar se houve ou não a violação ao Código de Ética e Conduta e demais políticas, ou aos valores e princípios básicos da Companhia;
- (iii) determinar as sanções a serem aplicadas no caso de as denúncias serem consideradas procedentes, com o apoio dos departamentos de Recursos Humanos, Jurídico e Compliance da Companhia;
- (iv) contribuir na definição de padrões e parâmetros para preservação da imagem institucional e proteção de ativos da Companhia;
- (v) recomendar aprovação de normas, ações e orientações, em consonância com as políticas e diretrizes inerentes ao tema, objetivando assegurar o suporte aos processos e a conformidade relativos à conduta e ética;
- (vi) orientar a adoção de medidas e providências para mitigação de riscos relacionados à ética, de modo a assegurar a conformidade às políticas e normas afetas ao tema; e
- (vii) acompanhar as respectivas deliberações e orientações, designando atribuições, solicitando prestação de contas e definindo responsabilidades, de forma a garantir a efetividade e conformidade das decisões no âmbito do Comitê.

Compete aos Proprietários dos Riscos da Companhia:

- (i) identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;
- (ii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análises;
- (iii) apresentar percepção quanto à exposição ao, se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- (iv) sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;
- (v) cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- (vi) comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- (vii) dar cumprimento ao plano de ação.

A estrutura envolvida no gerenciamento de riscos da Companhia, tal como acima descrita, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de fevereiro de 2021. Para fins de adequação à oferta pública inicial de ações ("IPO"), a Companhia constituiu Comitê de Auditoria, reformulou sua Comissão de Ética e Conduta, contratou empresa de auditoria independente registrada perante a CVM para desempenho das funções de auditoria interna e reformulou as demais atribuições e estruturas organizacionais de gerenciamento de riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A implementação desta estrutura se deu no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A Companhia entende que está vivenciando, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos, embora todas as estruturas descritas neste item 5.1.b.iii já se encontrem plenamente funcionais desde fevereiro de 2021.

Em 9 de maio de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou (i) o novo fluxo do Canal de Ética da Companhia; (ii) a eleição dos novos membros do Comitê de Ética e Conduta da Companhia; (iii) a atualização do Código de Ética e Conduta e do Regimento Interno do Comitê de Ética e Conduta da Companhia; (iv) novas políticas pertinentes à área de Compliance da Companhia.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos. A administração da Companhia monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

Em 09 de maio de 2023, o Conselho de Administração reelegeu os membros do Comitê de Auditoria da Companhia e aprovou o seu orçamento para as atividades de 2023. Na mesma data, também foi aprovado o plano anual de trabalho e o orçamento da Auditoria Interna para o desempenho de suas funções. Os trabalhos de Auditoria Interna já estão em curso e vêm sendo executados desde 1º de março de 2021.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Controles internos: em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos. Com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos, que também estão refletidos em sua Política de Gerenciamento de Riscos, para garantir a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

O processo de fechamento contábil é realizado em uma estrutura de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos. Mensalmente, a Diretoria Financeira com a Gerência de Contabilidade e a Gerência de Controladoria revisam o fechamento contábil com vistas a assegurar sua adequação e confiabilidade.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura composta pela Diretoria Financeira com a Gerência Contabilidade; gerência de Controladoria; o Conselho de Administração, além da área de Compliance e da área de Riscos e Controles Internos. Toda a estrutura é responsável pelo monitoramento e controle da elaboração das demonstrações financeiras, bem como na implementação das práticas de melhoria contínua nos controles internos da Companhia.

Além disso, a Companhia possui Comitê de Auditoria, órgão colegiado de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração, que avalia a independência, a qualidade e a efetividade dos serviços prestados pelos auditores independentes, dispondo de autonomia operacional e dotação orçamentária para o desempenho de suas funções. Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, em 24 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a contratação de um auditor independente registrado na CVM para ser responsável pela função de Auditoria Interna, que submete para revisão e aprovação do Comitê de Auditoria, pelo menos anualmente, um plano de auditoria interna, que compreende as práticas de controles adotadas pela Companhia. A estrutura envolvida nos controles internos da Companhia, tal como acima descrita, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de fevereiro de 2021. A implementação desta estrutura se deu no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas na gestão dos controles internos, embora todas as estruturas descritas neste item 5.2.b já se encontrem plenamente funcionais.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, visando a garantir a eficácia dos controles internos, estão:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) supervisionar as atividades da auditoria independente; (iii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iv) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (v) avaliar e monitorar

5.2 Descrição dos controles internos

as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos; (vi) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política para Transação com Partes Relacionadas; (vii) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (viii) aprovar um cronograma de atividades para o exercício social correspondente; (ix) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de riscos aprovados; e (x) avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e as responsabilidades.

Além disso, conforme mencionado no item 5.2(b) acima, a Diretoria Financeira participa do processo de revisão e validação do relatório de demonstrações financeiras, após os trabalhos desempenhados pela Gerência de Contabilidade.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado desta avaliação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os auditores independentes da Companhia emitiram, o "Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos" da Companhia, que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia.

Dentre as deficiências identificadas no referido relatório, as seguintes foram consideradas significativas, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

<u>Deficiência</u>	<u>Recomendações dos Auditores</u>
<p>1) Revisão do processo de elaboração de informações contábeis e financeiras</p> <p>O processo de preparação das demonstrações financeiras consiste na compilação e revisão das informações contábeis e financeiras relevantes para fins de apresentação nas demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p>A confiabilidade e qualidade das informações refletidas nestes demonstrativos é produto direto do nível de controle mantido pela Companhia em seus principais processos operacionais, financeiros, contábeis e de sistemas, como por exemplo: processo para reconhecimento da receita contábil, processo para registro das contas a pagar, apuração do passivo de arrendamento e direito de uso, apuração de impostos diretos e indiretos, registro de <i>stock options</i>, entre outros.</p> <p>Para a manutenção adequada da qualidade do fluxo das informações no que se refere ao registro, movimentação, armazenamento e divulgação das mesmas, está diretamente ligada a utilização de conceitos essenciais de controles internos, como por exemplo, segregação de funções, revisões tempestivas, prática de evidenciação de revisões na forma de assinaturas, redução de interfaces manuais nos processos.</p>	<p>Recomendou-se à Administração implementar controles referente as práticas e procedimentos formais de revisão das informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras assim como no processo de revisão das demonstrações financeiras, para que possa obter um melhor controle sobre a integridade e precisão das informações utilizadas nesse processo e mitigar eventuais riscos de distorções que possam impactar os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações financeiras.</p>

5.2 Descrição dos controles internos

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Deficiência	Comentários dos Diretores
<p>1) Revisão do processo de elaboração de informações contábeis e financeiras</p> <p>O processo de preparação das demonstrações financeiras consiste na compilação e revisão das informações contábeis e financeiras relevantes para fins de apresentação nas demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p>A confiabilidade e qualidade das informações refletidas nestes demonstrativos é produto direto do nível de controle mantido pela Companhia em seus principais processos operacionais, financeiros, contábeis e de sistemas, como por exemplo: processo para reconhecimento da receita contábil, processo para registro das contas a pagar, apuração do passivo de arrendamento e direito de uso, apuração de impostos diretos e indiretos, registro de <i>stock options</i>, entre outros.</p> <p>Para a manutenção adequada da qualidade do fluxo das informações no que se refere ao registro, movimentação, armazenamento e divulgação das mesmas, está diretamente ligada a utilização de conceitos essenciais de controles internos, como por exemplo, segregação de funções, revisões tempestivas, prática de evidenciação de revisões na forma de assinaturas, redução de interfaces manuais nos processos.</p>	<p>A Companhia revisou todos os procedimentos internos de fechamento e cronograma do fechamento da Demonstração Financeira, e aplicou no primeiro trimestre de 2023, em que foram bem aceitos no decorrer do ITR. Os processos serão mantidos e aperfeiçoados para concluir a deficiência significativa.</p>

5.3 Programa de integridade

5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

No contexto de aprimoramento de sua governança corporativa, a Companhia revisou seu Código de Ética e Conduta ("Código de Ética e Conduta"), visando reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. O Código de Ética e Conduta trata, entre outras matérias, sobre a importância de cumprimento com legislação e regulamentos aplicáveis às suas atividades, especialmente com leis que proíbem práticas de corrupção.

O Código de Ética e Conduta, cuja versão atual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2023, define a missão, visão, princípios e valores da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) valorização da diversidade e combate à discriminação; (ii) confidencialidade; (iii) procedimentos em caso de conflito de interesses; (iv) relacionamento com a sociedade e o meio ambiente; e (v) medidas disciplinares aplicáveis aos casos de violação.

Os riscos relacionados a integridade são analisados periodicamente e, havendo necessidade, o Código de Ética e Conduta e demais políticas da Companhia são adaptadas.

Ainda em 2023, a Companhia: (i) iniciou a atualização do seu programa de integridade, incluindo a revisão do Código de Ética e Conduta e do Regimento Interno do Comitê de Ética e Conduta; (iii) elegeu os novos membros do Comitê de Ética e Conduta; (iv) aprovou o novo fluxo do Canal de Ética, bem como política relativa ao Canal de Ética; e (iii) aprovou novas políticas pertinentes à área de Compliance, incluindo a política de anticorrupção e política de prevenção a lavagem de dinheiro (PLD).

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

- Área de *Compliance*

A Área de *Compliance* é responsável por orientar e prestar esclarecimentos sobre o Código de Ética e Conduta, solucionando eventuais lacunas ou pontos omissos.

Compete à Área de *Compliance*:

- Tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Ética e Conduta e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia;
 - Propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes; e
 - Conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Ética e Conduta.
- Comitê de Ética e Conduta

5.3 Programa de integridade

O Comitê de Ética e Conduta é responsável por recomendar o direcionamento estratégico relativo a denúncias de irregularidade, garantindo anonimato do denunciante, se desejado, e práticas de não retaliação, encaminhando suas conclusões e tratativas ao Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Ética e Conduta, cujos membros não exercem ou cumulam atividades operacionais, dentre outras matérias:

- constituir o Grupo de Investigação, órgão que será responsável por: (i) receber denúncias através do Canal de Ética da Infracommerce; (ii) coordenar a apuração dos fatos; (iii) tomar os depoimentos das partes envolvidas; e (iv) examinar a documentação e o que mais for necessário, dentre outros órgãos ou comitês necessários ao processo investigativo das denúncias.
- com base nos fatos apurados pelo Grupo de Investigação, determinar se houve ou não a violação ao Código de Ética e Conduta e demais políticas, ou aos valores e princípios básicos da Infracommerce;
- no caso de as denúncias serem consideradas procedentes ou parcialmente procedentes, determinar as sanções a serem aplicadas de acordo com a Política de Consequências, com o apoio dos departamentos de Recursos Humanos, Jurídico e Compliance da Infracommerce;

O Comitê de Ética e Conduta (anteriormente denominado Comissão de Ética e Conduta) foi constituído antes da abertura de capital da Companhia, e suas atribuições estão previstas em Regimento Interno próprio, atualizado em 09 de maio de 2023.

É assegurado ao Comitê de Ética e Conduta autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições, para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário.

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A última versão do Código de Ética e Conduta foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de maio de 2023.

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

O Código de Ética e Conduta é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes.

Além disso, o Código de Ética e Conduta orienta os colaboradores da Companhia a, sempre que possível, transmitirem os princípios e normas ali contidos para terceiros, inclusive fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, clientes, intermediários, representantes ou demais terceiros contratados pela Companhia ou qualquer outra pessoa, entidade ou autoridade com quem a Companhia se relacione.

5.3 Programa de integridade

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

A Companhia promove treinamentos, anualmente, a todos os seus colaboradores para qualificação e conscientização acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código. O comparecimento aos treinamentos é obrigatório e a presença é controlada através de meios adequados.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

Conforme previsto no Código de Ética e Conduta e na Política de Gerenciamento de Riscos, qualquer colaborador que violar as previsões do referido documento estará sujeito a aplicação de medidas disciplinares, que podem incluir: (i) advertência verbal ou escrita; e (ii) suspensão; (iii) rompimento do contrato de trabalho (com ou sem justa causa); (iv) tomada de medidas legais relacionadas à restituição dos danos; e (v) quando for o caso, comunicação dos fatos às autoridades competentes.

As sanções são aplicadas pelo Comitê de Ética e Conduta, com o apoio do departamento de Recursos Humanos, do departamento Jurídico e *Compliance* da Companhia, observadas eventuais recomendações do Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, conforme aplicável.

Nesse sentido, caso as denúncias sejam contra membros do Comitê de Ética e Conduta, Diretoria Estatutária ou quaisquer outros membros da alta liderança da Infracommerce, estas denúncias serão avaliadas pelo Comitê de Auditoria e/ou Conselho de Administração.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Ética e Conduta foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de maio de 2023.

O documento está disponível no website da Companhia: ri.infracommerce.com.br.

- (b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia disponibiliza a todos os seus colaboradores e terceiros um canal de denúncias ("Canal de Ética") por meio do qual é possível reportar e relatar situações de qualquer natureza relacionadas possíveis infrações ou desconformidades com a legislação, o Código de Ética e Conduta e demais políticas, ou os valores e princípios básicos da Companhia.

- (i) Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética é gerido por empresa independente.

- (ii) Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética está aberto para o recebimento de denúncias internas e externas, de forma gratuita, pelos seguintes meios:

- *Website*: <https://canal.ouvidordigital.com.br/infracommerce/form>
- *Whatsapp*: <https://canal.ouvidordigital.com.br/infracommerce>

5.3 Programa de integridade

(iii) Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O Canal de Ética assegura a confidencialidade das informações recebidas e possibilita o anonimato daqueles que preferiram não se identificar.

Nos termos do seu Código de Ética e Conduta, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Conduta, sujeitando os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

(iv) Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Todas as denúncias realizadas por meio do Canal de Ética são recebidas pela empresa independente, categorizadas e direcionadas pelo Grupo de Investigação ao Comitê de Ética e Conduta. Havendo necessidade, o Grupo de Investigação toma depoimentos das partes envolvidas, realiza a colheita e provas, examina a documentação e o que mais for necessário e, com base nos fatos apurados, formaliza o Dossiê da Investigação para que o Comitê de Ética e Conduta delibere se houve ou não a violação Código de Ética e Conduta e demais políticas, ou os valores e princípios básicos da Companhia.

Caso positivo, o Comitê de Ética e Conduta determina as sanções a serem aplicadas de acordo com a Política de Consequências, com o apoio dos departamentos de Recursos Humanos e Jurídico, observadas eventuais recomendações do Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, se aplicável. As decisões de acatar ou não a denúncia, as conclusões e recomendações do Canal de Ética serão relatadas periodicamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

(c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, pois não foram confirmados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que, conforme descrito acima, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na Política de Gerenciamento de Riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Projeto de Adequação da Companhia à LGPD

A Companhia iniciou a adoção de esforços para se adequar às diretrizes da Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD) antes mesmo da entrada em vigor da referida legislação. No ano de 2018, a Companhia procedeu ao mapeamento de todas as suas atividades de tratamento de dados pessoais, constituindo inventário centralizado de suas operações, além de formalizar políticas e procedimentos que definiram as diretrizes internas para utilização de informações pessoais. Referida estrutura passou por atualizações pontuais para atender necessidades específicas, como posicionamentos emitidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Com a incorporação de novos negócios à sua estrutura, a Companhia, em 2022, deu início ao projeto Privacy 2.0., que tem por objeto a atualização da estrutura de governança implementada para gestão do tema. Nesse sentido, para além da atualização das políticas, procedimentos e avisos relacionados, referido projeto reformulou a composição dos times responsáveis. Assim, atualmente, a Companhia conta com equipe dedicada, Encarregado pelo Tratamento de Dados nomeado e comitê de privacidade, o qual conta com a participação das principais áreas de negócio e BackOffice da Companhia e é responsável por adotar decisões estratégicas relacionadas ao programa de privacidade e proteção de dados. Referido comitê é realizado de forma periódica, sem prejuízo do agendamento de reuniões extraordinárias para endereçamento de assuntos prioritários.

A Companhia também implementou calendário de conscientização voltado a disseminar as regras de seu programa de privacidade e proteção de dados a todos os seus colaboradores, garantindo que as regras internas sejam observadas.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 5.